

Folha de rosto

A Confederação dos Tamoios: seus mitos fundadores, seus usos nacional e local, e o lugar do índio na história e na sociedade cabo-friense.

The Confederation of Tamoios: its founding myths, its national and local uses, and the place of Indian history and Cabo Frio society

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira, Doutor em História pela UFF e professor da Universidade Veiga de Almeida, lmoreira@ig.com.br, luiz.moreira@uva.br, 22-99229-1131.

Folha de Resumo

Resumo:

O artigo pretende discutir como tem sido o incentivo concedido pelo poder público municipal em Cabo Frio a produção histórica local, em especial a produção dos Memorialistas, contrariando assim ao movimento nacional que cada vez torna a produção histórica mais profissional e regulamentada. Igualmente, comparamos o proferido pelos Memorialistas e historiadores a respeito de um evento histórico tido como fundamental para a história do Brasil e a história de Cabo Frio, a Confederação dos Tamoios. Percebeu-se que os discursos possuem finalidades diversas. Os Memorialistas estão preocupados em sublinhar seu amor a Cabo Frio e a valorizar sua história, sem maiores contextualizações, sublinhando o caráter passivo da etnia indígena tamoia. Os Historiadores procuram analisar o mesmo evento relacionando a níveis de escalas mais ampliados, de modo a contextualiza-lo melhor, além do mais, destacam o caráter ativo daquela etnia.

Palavras-chaves: Cabo Frio, Confederação dos Tamoios, Nova História Indígena, História Indígena, índio.

Review:

The article discusses how has been the incentive granted by the municipal government in Cabo Frio local historical production , especially production of memoir writers , thus contradicting the national movement that increasingly makes more professional historical production and regulated . In addition, we compare the cast by memoirs and historians about a historical event seen as fundamental to the history of Brazil and the history of Cabo Frio, “A Confederação dos Tamoios”. It was noticed that the speeches have several purposes. The memoirs are concerned to emphasize his love of Cabo Frio and to value its history, without further contextualization, underlining the passive character of tamoios indigenous ethnicity. Historians seek to analyze the same event relating to more expanded scale levels, in order to contextualize it better, moreover, highlight the active character of that ethnicity.

Key-Words: Cabo Frio, Confederação dos Tamoios, New History Indian, History Indian, Indian.

Review:

A Confederação dos Tamoios, seus mitos fundadores, seus usos nacional e local, e o lugar do índio na história e na sociedade cabo-friense.

No dia 12 de novembro de 2012, atendendo a antigos anseios dos historiadores, o Senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou uma Proposta de Lei (PL nº 4699/2012) para regulamentar a profissão. O processo é fruto de um movimento que se fortaleceu ao longo da década de 1990 (MALERBA, 2002). A proposta hoje encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais, tendo tido parecer favorável de sua relatora, para que seus membros a aprovem ou não. Em caso positivo, deve ser encaminhado para o plenário do Congresso Nacional e depois sancionado ou não pela Presidência da República. Toda a comunidade acadêmica de história espera que tal movimento aconteça o mais rapidamente possível. A proposta, bastante simples é composta de oito artigos, em seu 3º artigo, dispõe sobre a formação de quem poderia atuar no referido campo, a saber:

- I – diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;
- II – diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;
- III – diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de ensino superior, ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação. (PL 4699/2012).

Se, em termos nacionais, temos um movimento da regulamentação da profissão e uma tentativa de controle da produção historiográfica feita por historiadores com formação universitária, no município de Cabo Frio ocorre movimento inverso. Tendo em vista o critério da PL, atualmente, nesta cidade, temos duas naturezas de produção de estudos históricos que abordam os temas locais, uma científica e universitária (1) e; outra não-científica, a que nos arriscamos a chamar de “memorialista”, embora o conceito seja bastante difícil de ser definido. (2)

No município de Cabo Frio, a produção deste segundo grupo tem mais destaque por uma série de fatores, um dos quais o incentivo do poder público municipal. Ao longo dos anos de 2010 a 2013 a Secretaria Municipal de Cultura publicou 4 volumes de *Anuário de Cabo Frio* que abordavam uma miríade de temas locais composto por diversas seções, entre as quais *História*. (3) No rol destes textos poucos foram os escritos por historiadores. Acreditamos que por falta de interesse dos historiadores locais e do desconhecimento dos profissionais de história que não residem na região, mas as tem como objeto de estudo. (4) Tal fato fica patente ao analisarmos a própria apresentação dos autores dos textos. Em suma, teríamos os seguintes números para a seção de *História*:

Anuários	Memorialistas		Historiadores		Total	
	Textos	(%)	Textos	(%)	Textos	(%)
2010	5 (5)	62,5	3 (6)	37,5	8	100,0
2011	5 (7)	71,4	2 (8)	28,6	7	100,0
2012	5 (9)	71,4	2 (10)	28,6	7	100,0
2013	2 (11)	50,0	2 (12)	50,0	4	100,0
Total	17	65,4	9	34,6	26	100,0

Segundo a classificação da PL, podemos perceber que aproximadamente 2/3 (65,4%) dos textos da área da seção de *História* foram escritos por autores que não poderiam ser enquadrados como historiadores. A tabela mostra que enquanto em termos nacionais há uma tendência a regulamentação e uma “reserva” de mercado, tal movimento não acontece no município de Cabo Frio, o que já foi sublinhado acima.

Tal premissa não é novidade e já fora relatada no Anuário de 2011 pelo historiador João Christovão que sublinhou que

a maior parte da produção encontrada em Cabo Frio e em toda a região dos Lagos ainda é uma produção majoritariamente memorialista. Não há aqui qualquer demérito nisso, apenas diferenciação entre as formas de se fazer história. Não existe uma hierarquização entre essas diferentes formas, o que há é a utilização de diferentes métodos e objetos por parte destes diferentes pesquisadores (2011, p. 257).

Ambas as escritas de história possuem pesquisas em fontes. Cabendo ainda ressaltar que as obras dos memorialistas “são de fundamental importância e (...) servem de fonte ou veem em auxílio de trabalhos acadêmicos” (2011, p. 258-9).

Dois anos depois, no Anuário de 2013, a discussão voltou à tona em um texto do historiador Paulo Cotias que afirmou que as “obras não acadêmicas” possuem pesquisas, contudo com outras “intencionalidade[s] de se produzir uma história a partir do ofício do historiador”. Além disso, o que iria diferenciar os dois tipos de análises seria não a pesquisa em fontes, mas sim uma maior ou menor intimidade com a historiografia de ofício (2014, p. 168).

Ao se fazer um balanço das obras locais, detectamos um tipo de produção que já havia sido notada pelo historiador Paulo Knauss de Mendonça, especialista não apenas em estudar a escrita da história, mas igualmente trabalhar em organizações de Arquivos. (13) Este analisou os escritos dos autores locais da região de Macaé-RJ e afirmou que a

historiografia local sustentada na memória íntima da vida social e no espírito do amador das letras não se mantém mais por si mesma. (...) ela se justifica como ato de amor ao que é comum e, por isso, tem uma legitimidade social intrínseca a sua elaboração, independente de suas qualidades inovadoras. Mas, na atualidade, as condições sociais e as demandas institucionais, o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil e as novas tecnologias de

informação e comunicação estabelecem parâmetros que favorecem usos diversificados do passado, ao lado do memorialismo letrado (2011, p. 17). (14)

Dito isto, este texto tem a finalidade de mostrar a diferença, no que diz respeito ao “uso diversificado do passado”, entre estes dois tipos de produções, a acadêmica e a memorialista, nunca deixando de sublinhar que “não existe uma hierarquização entre essas diferentes formas” (CHRISTOVÃO, 2011, p. 257). Neste sentido, algumas escolhas devem ser feitas.

A primeira incide no objeto a ser analisado, a “Confederação dos Tamoios”. (15) Segundo Pedro Puntoni, o evento começou a ganhar destaque na historiografia com a publicação do romance de Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoios* (1856). A obra, se insere num movimento literário denominado de Romantismo, que se preocupava em criar uma literatura nacional feita por membros da própria sociedade das elites e classes médias cooptadas pela independência do Brasil (1822). Naquele contexto, não havia ainda um modelo historiográfico nacional de acordo com a produção que se fazia à época, cujo modelo se encontrava na França. Inventava-se o “indianismo” como símbolo da independência e particularidade do país, idealizando os índios. Esta primeira geração do Romantismo “deveria nos oferecer um passado histórico heróico à maneira da Idade Média”. Gonçalves de Magalhães teve papel fundamental neste processo, uma vez que formatou o indianismo oficial, bebendo na tradição portuguesa de prosa e poesia na “qual a escrita de uma epopeia seria o resultado natural do seu próprio percurso (...) e o fundamental inesgotável da nova literatura que pedia a nação emergente”. Igualmente, a história brasileira deveria ser escrita sob o viés de uma sucessão de eventos e ações gloriosas. O que já vinha sendo feito desde a segunda metade do século XVIII, porém agora a novidade era que o foco de estudos não seriam mais as regiões isoladas e sim a construção de uma epopeia que “inventasse” um mito nacional. Apesar do “fracasso artístico” d’*A Confederação dos Tamoios* a obra “deixou sua marca no sistema cultural brasileiro em formação particularmente como obra ‘historiográfica’”, porém “tal confederação, que, bem entendido, não nascera da imaginação exclusiva de Magalhães, *nunca existiu*, pelo menos enquanto realidade histórica discernível, ou como *concreto real*”. Sua preocupação era “louvar a unidade do Império (...) e de forjar-lhe um ‘mito fundador’” (1996, p. 121 e p. 124-5). Desta feita, a análise que se fará a respeito do objeto pelos historiadores e pelos memorialistas, no caso, a Confederação dos Tamoios, será a mesma? Até que ponto seguiram adotando o evento como “um mito fundador”? Historiadores e memorialistas apresentaram

inovações metodológicas e historiográficas a respeito do evento? Que lugar na história é reservado aos tambois pelos historiadores e memorialistas?

A segunda escolha deve recair nos estudos a respeito da “Confederação”, sejam os históricos ou os dos memorialistas locais. Tomamos a liberdade de apresentar primeiramente os estudos do segundo grupo.

Tendo como fonte de pesquisas da produção local aqueles Anuários, iremos optar por apenas dois memorialistas, Hilton Massa e Rose Fernandes. A seleção de Massa se dá não apenas pela abrangência e reconhecimento de sua produção, mas por sua participação na política da cidade. Tais fatos ficam claros em dois daqueles quatro Anuários (2010 e 2012). No de 2010, Carlos Sousa (16) escreveu um artigo na sessão *Memória* sublinhando que o autor fora importantíssimo “na defesa e exaltação de Cabo Frio na sua forma de atuar tendo (...) propagado para além fronteiras com seus dotes culturais, conhecimentos de um historiógrafo” (2010, p. 181). Já no Anuário de 2012, o memorialista recebeu uma seção inteira sob o título *Homenagem a Hilton Massa*, que contou com 4 artigos. Um dos quais escrito por Célio Guimarães (17) que afirma que se achava bastante honrado em escrever um texto que tinha a finalidade de “homenagear o Promotor e **Escritor** Hilton Massa” (2012, 289). (18) Já Demócrito Azevedo (19) afirmou que o mesmo era “um grande **memorialista**” (2012, 294). (20)

O segundo memorialista, na verdade a segunda, Rose Fernandes (21), seria uma autora mais contemporânea. Fora selecionada não apenas por ter escrito nos quatro volumes daqueles Anuários, mas, por ter, recentemente, lançado o livro *Cabo Frio: Polo Colonizador do Brasil* como vencedora da 22ª semana Teixeira e Souza. Evento promovido pela Secretaria de Cultura de Cabo Frio, e que tinha como prêmio a publicação da obra. O que ocorreu em 2012. Em seu prefácio, o secretário de Cultura afirmava que:

Ao longo destes últimos 50 anos, pesquisadores cabo-frienses de História – poderíamos chamar Abel Beranger e Hilton Massa de os pioneiros nestes estudos – vêm contribuindo para que conheçamos cada vez mais **nossa terra e nossa gente**. A professora Rose Fernandes pertence agora (...) a esta escola de **pesquisadores independentes** (2012, p. 11). (22)

Assim, devemos sublinhar que a autora é tida como *herdeira* de Massa, que mais uma vez, tem sua importância destacada, e uma pesquisadora não ligada a nenhuma instituição (23) o que não lhe exigiria critérios e métodos bem definidos e que seriam compartilhados por seus pares.

Apresentado os dois memorialistas, vejamos o que o primeiro autor, Massa, diz a respeito de nosso objeto. Para o que nos interessa o seu livro *Cabo Frio: Histórico-político* é o mais importante. Nele devemos destacar o terceiro capítulo (“Os nossos chefes primitivos e os governos remotos”) (MASSA, 1980, p. 33-37), onde delimita o seu recorte temporal, que compreenderia desde a chegada de Américo Vespúcio (1503) à Revolução de 1930. Em seguida, baseado na historiografia da época, dá um rápido apanhado da questão indígena quando da descoberta do Brasil, tendo como preocupação central os “Tamoyos” que seriam uma subdivisão do tronco tupi, o grupo mais numeroso dos gentios que existiam antes da chegada dos europeus. Eram os “habitantes mais antigos em Cabo Frio – [e] deram nome ao amplo movimento de resistência, conhecido como *A Confederação dos Tamoyos*”. Possuíam cerca de 5.000 indivíduos, “ocupavam toda a região litorânea do atual Estado do Rio de Janeiro” e teriam sido reduzidos pela metade ou por morte ou pelo julgo da escravidão, pelo governador do Rio de Janeiro Antônio de Salema, em 1575 (MASSA, 1980, p. 34 e 36).

Ao ler o texto, o leitor fica informado que a “Confederação” fora um conflito entre os tamoios e seus aliados franceses contra a invasão dos portugueses. Sua preocupação central está longe de situar a querela no contexto que levaria a fundação do Rio de Janeiro (1565) e da luta contra os franceses, mas de afirmar que o combate final ocorrera nos campos atrás de onde hoje se localiza o Convento de Nossa Senhora da Guia, em Cabo Frio. (24) A presença francesa seria fruto da falta de interesse dos donatários da Capitania de São Vicente, a quem Cabo Frio estava subordinado, por conta da atenção daqueles estar voltada para o interior. Todavia, apesar do massacre, o problema dos bretões ainda não teria sido resolvido. Seria somente em 13 de novembro de 1615, com a fundação do povoamento de Santa Helena de Cabo Frio, que os franceses seriam expulsos definitivamente. Na oportunidade, o governador do Rio de Janeiro Constantino de Menelau esteve em Cabo Frio e “arrasou a Casa da Pedra” que servia como entreposto comercial francês para o tráfico de pau-brasil, construindo em seu lugar a fortaleza de Santo Inácio e a aldeia de São Pedro de Cabo Frio (MASSA, 1980, p. 34 e 36).

Cabem alguns comentários a respeito de como o autor contextualizou o evento estudado. Primeiro, e talvez o mais importante, como sublinhou Mendonça a “historiografia local (...) se justifica como ato de amor” (2011, p. 17), de modo que o contexto da “Confederação dos Tamoios” parece se resumir ao Cabo Frio. Quando na verdade, não tocava diretamente a região, uma vez que o autor acaba por pontuar o “massacre de Salema”, em 1575, como pertencente aos eventos da

“Confederação dos Tamoios”, que segundo cronologia de Gonçalves de Magalhães se daria entre os anos de 1554-1567. Não havendo menção a contextos mais amplos, como a própria fundação do Rio de Janeiro (1565), que nem é citada no texto. Massa não está preocupado em sublinhar que os tamoios também estavam presentes em outras áreas para além do cabo Frio e do Rio de Janeiro. Mas sim em valorizar a importância de sua região dentro de um dos episódios mais relevantes na história nacional, a Confederação dos Tamoios, e pontuar a importância do evento como “mito fundador” que justificaria a fundação de Cabo Frio. Isto sem falar que o mesmo se enganou em relação a data da doação da sesmaria para a criação daquela aldeia, que se dera não em 1615, mas em 1617 (MOREIRA e CARNEIRO, 2010).

O problema da contextualização dos fatos, aos olhos de um historiador, não é tão grave assim na obra de Rose Fernandes, embora exista, como veremos. Em seu livro, a autora dá um grande destaque ao período colonial já que a obra aborda apenas aquele período tendo, portanto, mais espaço para discorrer sobre o assunto do que Massa. Desta feita, grande atenção é reservada na *Parte III: Cabo Frio no período colonizador* para relacionar a França Antártica, a fundação do Rio de Janeiro, a região de cabo Frio, a luta dos lusos contra os franceses em ambos os *loci*, a própria Confederação dos Tamoios e o massacre de Salema. Para a autora, a Confederação dos Tamoios fora um movimento realizado pelos “nativos que pela primeira vez estavam organizados, criando grande resistência”. Estes se revoltaram contra os portugueses por conta da escravidão, o que teria levado o líder Aimberê a correr aldeia por aldeia “unindo todos os índios da região até mesmo de várias tribos inimigas dos peros, formando uma resistência contra a ocupação portuguesa”. O movimento teria grande relevância histórica já que “em nenhum outro ponto do Brasil, houve tanta resistência e repulsa aos conquistadores europeus como os nativos do litoral fluminense”. Embora os tamoios tenham ido combater os lusos em São Vicente quando, na oportunidade, estabeleceram um acordo conhecido com a paz de Iperoig, “habitavam o litoral fluminense, mais precisamente aos da Região dos Lagos”. Todavia, uma leitura mais atenta pode levar o leitor a uma confusão, visto que a autora igualmente sublinha que os tamoios possuíam “grande parte do território do Rio de Janeiro e São Vicente” (2012, p. 114, 115, 118-119 e 120).

Em suma, para Fernandes a Confederação dos Tamoios teria representado uma

reação organizada dos indígenas contra a ocupação dos portugueses. É possível que tivessem o apoio dos franceses, mas foi um apoio insignificante no contexto da grande guerra que os Tamoios travaram. **A confederação teve a significação de pôr em risco a colonização portuguesa** (2012, p. 120). (25)

Os tamoios, no entanto, continuaram presentes na região de cabo Frio e fazendo o comércio com os franceses. Articulando, por meio de seu líder Guaraxá que “convocou todas as tribos que viviam em Cabo Frio e na Baía Formosa”, um contra-ataque aos portugueses e seus aliados indígenas que estavam ao redor da baía de Guanabara. (FERNANDES, 2012, p. 120 e 127).

Assim, como no discurso de Massa, alguns problemas são patentes no de Fernandes. Como Mendonça sublinhou, a produção destes memorialistas se justifica não por suas qualidades inovadoras, mas sim pelo amor a história de sua terra (2011, p. 17). Mas, também devemos sublinhar por sua aproximação com a literatura, não é à toa que, como vimos acima, alguns autores que fizeram referências a Massa são e se declaram escritores e literatas. (26) Por outro lado, como destacou Michel de Certeau, estes memorialistas, ao contrário dos historiadores, não estão preocupados em receber a “chancela” de seus pares acadêmicos em seus estudos (1982, p. 72). Estas obras, de um modo geral, estão preocupadas com os fatos políticos mais relevantes, desta feita pode-se compreender portanto, por exemplo o porquê do livro de Massa ter como marco final a Revolução de 1930, que para o autor inauguraria “a vida moderna em Cabo Frio”. No geral, a obra de Massa é construída tendo como base as suas memórias. Desta feita, “o único e exclusivo propósito deste trabalho” seria fazer com que os fatos históricos não fossem “completamente esquecidos, se não houvesse o cuidado de transmiti-los de geração a geração” (1980, p. 15). Proposição muito distante da que evidenciou Certeau para os historiadores, que deveriam pensar a história como uma produção científica estruturada, tendo como base problemas de sua época e não apenas preocupações em reconstruir tempos pretéritos (1982).

No que diz respeito ao discurso, existem problemas de contradição, como já sublinhado acima, referente a presença ou não dos tamoios em São Vicente-SP. Já para o campo metodológico da história também há questões importantes que não são discutidas e nem apresentadas ao leitor, como por exemplo, a quase inexistência das referências das fontes de pesquisa utilizadas, sejam as fontes documentais ou simplesmente as referências bibliográficas, e a total ausência de problematização destas fontes. Mas, para o nosso ponto central, ou seja, a diferença entre as produções acadêmicas e dos memorialistas, assim como Massa, Fernandes acaba, eloquentemente, por supervalorizar a sua região, cabo Frio, dentro de um dos episódios mais relevantes da história nacional, a Confederação dos Tamoios, afirmando que aquele movimento teria grande importância, visto que “em nenhum outro ponto do Brasil, **houve tanta resistência e repulsa** aos conquistadores europeus como os nativos do litoral fluminense” (27) (2002, p. 118-119). Deste modo, tenta

restringir o episódio a cabo Frio, defendendo que a colonização, ou seja, a “vitória” lusa só teria disso possível com este episódio. Assim todo o processo de *conquista*, que por sua natureza fora dinâmico e com várias temporalidades, visto que determinadas áreas só seriam incorporadas ao domínio luso no século XIX, passa a ser visto sob a ótica teleológica. De tal sorte que agora que os portugueses venceram em cabo Frio iriam vencer indubitavelmente no resto do Brasil, reproduzindo a visão de “mito fundador”, tal como pontuado por Massa.

Ambos os autores continuam a reproduzir a ideia de Gonçalves de Magalhães, contudo sem maiores contextualizações. Utilizando a “Confederação dos Tamoios” para ressaltar não apenas a importância do evento para a história nacional, mas supervalorizando a própria história de Cabo Frio dentro do contexto nacional.

Visto como os memorialistas trataram nosso objeto de estudo, agora é hora de analisarmos como os historiadores analisam o mesmo evento. John Hemming (2007) defendeu sua tese de doutorado, em 1978, na Universidade de Harvard, e suas ideias tiveram ampla aceitação no meio acadêmico. Trabalho de grande fôlego, não apenas por sintetizar, mas também por aprofundar algumas questões referentes aos indígenas na América Lusa que estão espalhadas num recorte temporal compreendido entre a descoberta (1500) a expulsão dos jesuítas (1759).

Hemming defende que os “a confederação dos tamoios controlava a maior parte do vale do Paraíba e o litoral sudoeste, desde Cabo Frio, passando pelo Rio de Janeiro até o planalto de Piratininga” (2007, p. 197). Este povo, juntamente com seus amigos franceses, por sua vez estava em conflito com os portugueses e seus aliados tupiniquins. Todavia, o núcleo central luso era composto por vicentinos e índios que de um modo ou de outro estavam ligados a João Ramalho e a seu sogro, o líder indígena Tibiriçá. O grande problema era que os portugueses haviam se desentendido com os tupiniquins por conta da mortalidade de indígenas vitimados por doenças introduzidas pelos europeus e a restrição que os jesuítas impunham ao casamento poligâmico. O fato levou os lusos a atacarem os tupiniquins, em 1561. No ano seguinte, os tupiniquins se aliaram aos tamoios e partiram para contra-atacar a cidade de São Paulo. De modo que “pela primeira vez tribos hostis juntavam forças na tentativa de expulsar os colonos”. Mas nem todos os tupiniquins haviam mudado de lado, Tibiriçá ainda permanecia como aliado dos lusos, o que fora fundamental. Logo, após, devido aquelas doenças, Tibiriçá acabara por falecer, o que gerou grande medo de que aqueles índios passassem para o lado dos franceses e dos tamoios. Era necessário negociar e fora o que os jesuítas Antônio da Nobrega e José de Anchieta fizeram, ao proporem a famosa paz de Iperoig aos

tamoios, em 1563. Na negociação os “tamoios ficaram impressionados com o fato de os portugueses haverem rompido recentemente com seus aliados tupiniquins”. A paz não durou muito, uma vez que não fora estabelecida com todos os tamoios, mas apenas os que se localizavam em Iperoig. De modo que os lusos continuaram a atacar outros grupos de tamoios e também se voltaram contra os que haviam estabelecido aliança (HEMMING, 2007, p. 198 e 201).

Neste mesmo ano, Estácio de Sá, sobrinho do governador geral, Mem de Sá, chegava ao Rio de Janeiro juntamente com o chefe temiminó Arariboia, antigo desafeto dos tamoios, com o objetivo de fundar a cidade do Rio de Janeiro. Estácio de Sá acabou por pedir ajuda e conselhos àqueles jesuítas, que sublinharam a importância dos portugueses se prepararem para um ataque dos tamoios. Vários combates ocorreram. O mais famoso se localizou “atrás das ilhas ao longo do Rio de Janeiro”, em julho de 1566, quando preparam uma emboscada com “180 canoas de guerra, sob o comando do famoso cacique Guaixará, de Cabo Frio”. Recebendo reforços vindos da Europa, os portugueses, em janeiro de 1567, atacaram a aldeia tamoia que se localizava no outeiro da Glória, matando muitos daqueles índios, enquanto outros se refugiaram em povoações na região de Cabo Frio e continuaram a fazer o comércio com os franceses. Naquele combate, Estácio de Sá acabara ferido por uma flecha e logo veio a falecer. Todavia, a Guanabara estava conquistada e protegida pela criação do aldeamento de São Lourenço (1568), entregue ao aliado luso, Arariboia (HEMMING, 2007, p. 207 e 211).

Outro historiador importante é o próprio Mendonça (1991). O autor lançou uma versão de sua dissertação de mestrado, *O Rio de Janeiro da pacificação*. O estudo analisava o processo de pacificação imposto pelos portugueses por meio da Conquista e da *guerra justa/catequese* e que acabaria por fundar a urbe do Rio de Janeiro. Embora pontue a existência de uma aliança entre os “tamoios do norte de São Vicente e os jesuítas, em Iperoig, onde se firmaria um acordo de paz com algumas aldeias indígenas” (1991, p. 81), a consistência da união dos tamoios que teria levado ao estabelecimento da Confederação é questionada, uma vez que o Tratado de Iperoig fora “fundamental para a quebra da coesão do movimento de resistência dos tamoios, o que ilustra bastante bem a fragilidade da política de alianças entre os indígenas”. Além disso, o próprio autor começava a apontar que a referida Confederação era parte de “uma suposta identidade cultural unificadora dos nativos, concebida pelos românticos do século XIX” (1991, p. 81). Estas questões foram aprofundadas por Puntoni (1996) e as mostramos quando apresentamos o objetivo deste texto.

Interessante notar que as pesquisas históricas recentes também descrevem as mesmas “inventivas” para outras pretensas grandes alianças indígenas contra o invasor português. Tais conclusões podem ser vistas nas análises de Pedro Puntoni (2000) e Cristina Pompa (2003) a respeito da chamada “Guerra dos Bárbaros”, por exemplo.

Outro historiador importante a trabalhar com a Confederação fora John Monteiro. Em seu livro *Negros da Terra* analisou, entre outras preocupações, a relação estabelecida entre “os índios e os bandeirantes nas origens de São Paulo”. Com um olhar mais refinado, trouxe grande contribuição a historiografia brasileira, como fora apontado por Ronald Raminelli (2000). Segundo este autor, Monteiro desconstruiu um dos “grandes mitos da historiografia brasileira, sobretudo a produzida em São Paulo ou laudatória dos paulistas, no século XIX e inícios do XX” que procuram mostrar a importância dos bandeirantes para a expansão do território português para o interior em direção à Bacia do Prata. De fato, os bandeirantes alargaram o domínio luso no interior, porém a preação indígena, resultante de tal movimento, fora responsável por grande mortalidade daqueles povos além de gerar grande pobreza na região de São Vicente (MONTEIRO, 1994).

Todavia, ao abordar a questão da Confederação dos Tamoios, acredito por não ser um ponto central de seu estudo, Monteiro se mostrou “conservador” em sua análise. Segundo o autor, “diversos grupos tupinambá, ao longo do litoral de Cabo Frio a São Vicente, aliaram-se formando um poderoso movimento de resistência. Entre as décadas de 1540 e 1560, todo o litoral e muitas partes da Serra Acima foram envolvidos na chamada Guerra dos Tamoios”. Este movimento seria importante porque acabaria por impor mudanças nos

conflitos intertribais no Brasil meridional. Se, no início, a guerra estava arraigada na lógica das relações e rivalidades pré-coloniais, agora ficava claro que as ações bélicas passavam a ser subordinadas às pressões e demandas do colonialismo nascente” (MONTEIRO, 1994, p. 35).

Para Maria Regina Celestino de Almeida, a Conquista da Guanabara, cujo um dos capítulos fora a “Confederação dos Tamoios”, compreendeu vários conflitos entre “indígenas, franceses e portugueses” e foram

permeadas de relações que se mostraram flexíveis e com múltiplos interesse. O que nos leva a questionar aquela tradicional aliança apresentada por Gonçalves de Magalhães, de que portugueses eram aliados dos temiminós, enquanto os franceses dos tamoios. Todavia, isto só pode ser feito com uma análise mais acurada da documentação (2010, p. 57).

As alianças entre os temiminós e os portugueses, naquele evento, expressariam a “mútua dependência entre os grupos envolvidos e os diferentes interesses”. Desta feita, se por um lado os

portugueses viam a conquista da Guanabara como possibilidade de estender a administração lusa nas terras da América, para os índios chamados temiminós ela devia significar a grande oportunidade de regressar às suas terras e combater inimigos (ALMEIDA, 2010, p. 59).

O mais importante, no entanto, ao analisar não apenas este evento, é que se deve prestar bastante atenção na maneira pela qual os índios eram classificados etnicamente pelos europeus e como consequência como aparecem nas fontes históricas. No exemplo apresentado ao longo deste texto, há de se sublinhar que há grande chance dos temiminós serem um subgrupo dos tupinambás, “isto é, um grupo tamoio”. De maneira que podem ter assumido esta classificação por conta dos seus próprios interesses. No entanto, a aceitação desta identidade não significa dizer que abandonavam as suas antigas classificações quando se relacionavam em um contexto diferente, em especial, com outras etnias indígenas (ALMEIDA, 2010, p. 59).

Ao contrapormos as análises dos memorialistas e dos historiadores notamos grande diferença de perspectiva. Os memorialistas, citados em nosso texto, circunscrevem a presença dos tamoios ao litoral do Rio de Janeiro ou enfatizam a sua presença em Cabo Frio; não conseguem perceber que as alianças construídas pelos tamoios estavam relacionadas aos seus próprios anseios e que podiam ser (re)construídas de modo dinâmico com os que haviam sido seus desafetos, como os portugueses, destacando o caráter passivo destes agentes; não relacionam o evento a contextos mais amplos, embora os use para justificar a importância da história de Cabo Frio perante a história nacional e; continuam a enxergar o evento como um mito fundador senão nacional, mas local. Tais fatos estão longe de caracterizar um descaso com o passado, apenas as suas preocupações são outras, ressaltar e sublinhar o amor que os autores possuem em torno de seus lugares de origem.

A proposta historiográfica de profissionais acadêmicos é portanto bastante diferente. Tal fato pode ser bem explicitado por uma passagem do brilhante historiador contemporâneo E. P. Thompson, um dos responsáveis, sem sombra de dúvidas, pelo entendimento que a Academia tem hoje a respeito da referida ciência. Segundo o autor, “a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto” (2001, p. 243). Destarte, devemos analisar aqueles acontecimentos sob a ótica de um cenário mais amplo, que não apenas a região de Cabo Frio. Além disso, temos que problematizar as fontes pesquisadas e incorporar as inovações historiográficas, no nosso exemplo, em especial, o que alguns historiadores têm chamado de a Nova História Indígena, que se apresenta como um campo em construção. (28) Pilares básicos para a realização de um trabalho que se pretende historiográfico. De um modo bem resumido, a Nova História Indígena se apropria de uma série de inovações que acabaram por inserir os índios em

um outro patamar na História do Brasil. Contribuindo, não apenas, para de fato romper “visões equivocadas e preconceituosas” a seu respeito e até por conta disso multiplicado o número de estudos que abordem o universo daqueles personagens. De modo que aparecem como agentes sociais ativos e com interesses próprios, embora submetidos a processos de violência que se iniciaram logo após o Contato (1500). Toda esta inovação, cabe sublinhar, ocorre não por conta de novos documentos terem sido analisados, mas por conta de (re)análises tendo como base novas teorias e conceitos que resultam em novas metodologias, muitos dos quais oriundos da Antropologia. Isto sem contar com pesquisas interdisciplinares (ALMEIDA, 2010, p. 9).

Fora isto que os estudos históricos citados aqui fizeram. Gradativamente estas pesquisas voltaram a analisar a Confederação dos Tamoios com outros olhos. É certo que Hemming (2007) ainda enxergava o evento como uma união dos tamoios, mas já sublinhava que os interesses que movia tal aliança não era dos lusos, de outro lado, também sublinhava que os tamoios estavam a todo momento (re)construindo suas alianças, de acordo com suas necessidades e que nem todos os seus grupos seguiam uma posição unívoca, já deixava claro o papel ativo destes personagens. Mendonça (1991) começara a questionar esta aliança, como uma inventiva dos Românticos do século XIX, no que Puntoni (1996) aprofundou e desenvolveu tal questão. Monteiro (1994) usará a Confederação, embora ainda defendesse a sua existência, para dar imensa contribuição a historiografia nacional ao questionar o mito dos bandeirantes. Assim o autor acaba por analisar o evento em seus múltiplos contextos. E, por fim, Almeida (2010), escrevendo um livro de síntese a respeito da história dos índios no Brasil, destaca que o evento, assim como outros, marcava a flexibilidade das alianças, os diversos interesses em jogo, a maneira como os índios liam o contexto - em especial, quando assumiam as classificações dadas pelos europeus.

Todas estas características apresentadas aqui irão compor um texto metodológico que corrobora a existência de um dos domínios da História, a Nova História Indígena (ALMEIDA, 2012). Desta feita, quando nós historiadores escrevemos a respeito da história de Cabo Frio não nos preocupamos apenas com este *lócus*. Mas, em definir um problema que norteará uma determinada abordagem ou tema. O que torna a nossa pesquisa peculiar, se contraposta a dos memorialistas. Fora o que Monteiro (1994) fez ao repensar a importância dos bandeirantes para a história nacional. Ao mesmo tempo não estamos preocupados em “sacraliza[r] os fatos do passado para não deixar que o esquecimento se instale na sociedade”, nem tampouco dar “ênfase num passado perdido e saudoso, que busca reconstituir os fios de uma história mais sentimental que analítica”. Estamos sim atentos

em reconhecer os problemas a partir de um ponto de vista crítico e dessacralizado, não apresentando a história de forma linear, mas com suas continuidades/descontinuidades e com suas tensões entre o local e o global (MENDONÇA, 2011, p. 21-22).

Desta maneira, estes novos estudos, como salientou Almeida (2012), têm procurado inserir os índios na história do Brasil de outra forma. Como destacou Puntoni (1996), o modo como se concebe o passado indígena justifica o espaço que ocupam na sociedade contemporânea. Tal perspectiva não é nova, o historicista italiano Benedetto Croce (1866-1952) já havia dito que “Toda História é Contemporânea”, no que mais tarde, com o objetivo de reforçar o relativismo da disciplina, foi seguido por um dos pais da historiografia moderna, Marc Bloch (BARROS, 2011, p. 153-4). Portanto ao falar de um evento do século XVI estamos na verdade a analisar a nossa sociedade. Destarte, a Nova História Indígena cumpre com seu papel social de inserir e dar voz ao indígena nas discussões políticas contemporâneas.

Proposta inversa é realizada pelos memorialistas locais, cujo apego a tradição, visto aqui em oposição a modernidade, enxerga o passado sob o prisma do conservadorismo. Mas, isto não é o mais grave, em termos sociais. Estes autores reproduzem localmente um discurso no qual os índios sempre tiveram fadados a serem manipulados pelos europeus e exterminados, sendo analisados como agentes passivos em suas culturas e história. Desta feita, não se estranha que os memorialistas, apesar da riquíssima história indígena da Região dos Lagos, falem pouco ou não falem a seu respeito. Tal fato acaba por apagar na região a história indígena ou descaracterizá-la. Destarte, os pouquíssimos lugares de memória indígena preservados ou criados são uma expressão deste discurso, que destaca os índios de modo estereotipado, como se pode ver na foto abaixo tirada na Praça Agenor dos Santos, a praça da Matriz, onde se localiza a Igreja dos Jesuítas (ao fundo), construída em 1617, quando da instalação do Aldeamento Jesuítico. Na foto pode-se perceber a submissão dos índios frente ao processo de catequese, o que caracterizaria a aculturação. O que não correspondeu a sua história, como mostraram Almeida (2001), Freire e Malheiros (2009) e Moreira e Carneiro (2010).



Foto do autor, 2010.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M^a R. C. de. *Metamorfoses indígenas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- ALMEIDA, M^a R. C. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALMEIDA, M^a R. C. “História e antropologia”. In CARDOSO, C. e VAINFAS, R. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 151-168.
- AZEVEDO, D. “Para lembrar Hilton Massa”. In *Anuário de 2012*. Cabo Frio: Secretaria Municipal de Cultura, 2012.
- BARROS, J. *Teoria da História – Volume II*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- FREIRE, J. R. B. e MALHEIROS, M. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.
- CERTEAU, M. de. “A Operação Historiográfica”. In ---. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHRISTOVÃO, J. “Memória, história e arquivos”. In Prefeitura Municipal de Cabo Frio. *Anuário de 2011*. Rio de Janeiro, Gráfica Medida Exata.
- COTIAS, P. “Histórias, Memórias e Novas Perspectivas”. In *Anuário 2014*. Rio de Janeiro: Editora Completa Comunicação, 2014, p. 168.
- FERNANDES, R. *Cabo Frio: Polo Colonizador do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura de Cabo Frio, 2012.
- GUIMARÃES, C. “Quem foi Hilton Massa”. In *Anuário de 2012*. Cabo Frio: Secretaria Municipal de Cultura, 2012.

- HEMMING, J. *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2007.
- MALERBA, J. “Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990”. *Textos de História*, v.10, n.1/2, 2002.
- MASSA, H. *Cabo Frio: Histórico-político*. Rio de Janeiro: Inelivro, 1980.
- MASSA, H. *Cabo Frio: Nossa Terra, Nossa Gente...* Rio de Janeiro: DINIGRAF, 1996.
- MENDONÇA, P. K. de. *O Rio de Janeiro da Pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial*. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991.
- MENDONÇA, P. K. “História local, patrimônio e memória”. In AMANTINO, M. e RODRIGUES et all (org.) *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- MONTEIRO, J. *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, J. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.
- MOREIRA, L. G. S & CARNEIRO, J. *Os índios na história da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Graflina, 2010.
- PEREIRA, W. *Cabo das tormentas e vagas da modernidade: uma história da Companhia Nacional de Alcalis e de seus trabalhadores. Cabo Frio (1943-1964) Arraial do Cabo*. Tese de doutorado em história, 2009. <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1154.pdf>.
- POMPA, C. *Religião como tradução*. Bauru: CNPq-Anpocs/Edusc, 2003.
- PRADO, S. *Da Anchoa ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo*. Niterói: Eduff, 2002, p. 28.
- PUNTONI, P. “Confederação dos Tamoios: Gonçalves Magalhães e a historiografia do Império”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 45, 1996.
- PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.
- RAMINELLI, R. “Bandeirantes”. In VAINFAS, R. (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.
- SOUSA, C. A. L. de. “Hilton Massa e Hermenegildo Medeiros na cultura cabo-friense”. In *Anuário de 2010*. Cabo Frio: Secretaria Municipal de Cultura, 2010.
- THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. NEGRO, A. L. & SILVA, S. (org.). Campinas: Ed. Da Unicamp, 2001.